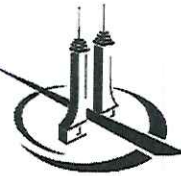




PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO
GABINETE DO PREFEITO



CMU 000423-1EB 31/Maio/2022 15:52

Ofício nº 74/2022/GAPRE

Uruguaiana, 26 de Maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Ver. Paulo Roberto Inda Kleinubing
Presidente da Câmara Municipal de Uruguaiana
NESTA

OF. Nº 50

Assunto: Encaminha.

Excelentíssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção ao disposto no inciso XIV do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Uruguaiana, vimos pelo presente, encaminhar a **Comunicação Interna nº 266/2022 /SEFAZ**, em resposta à **Indicação nº 21/2022 da Vereadora Zulma Ancinello**, conforme documento em anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, despeço-me com votos de elevada estima e consideração, permanecendo a disposição, para eventuais informações que ainda se fizerem necessárias.

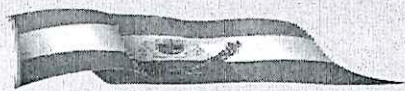
Atenciosamente,

Ronnie Peterson Colpo Mello,
Prefeito Municipal.

Prefeitura de

URUGUAIANA

Gestão e Desenvolvimento | 2021 - 2024



COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 266/2022

DATA: 28/04/2022

De: Secretaria Municipal de Fazenda – SEFAZ
Para: Secretaria Municipal de Governo – SEGOV
Assunto: Encaminha

Senhor Secretário:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, viemos através desta, em atenção a CI nº. 76/2022 - SEGOV, encaminhar a CI nº. 053/2022/Seção de Fiscalização Tributária, Lançamento e Cobrança de Dívida Ativa -SEFAZ.

Sendo o que se apresenta para o momento

Atenciosamente,


Valdir Venes da Rosa
Secretário Municipal de Fazenda



COMUNICAÇÃO INTERNA Nº: 053/2022

DATA: 27/03/2022

De: Seção de Fiscalização Tributária, Lançamento e Cobrança de Dívida Ativa.

Para: SEFAZ – Gabinete do Secretário

Assunto: Resposta C.I. 076/2022

Sr. Secretário


Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho através desta, informar que, em resposta a C.I. 076/2022 da SEGOV – Secretaria de Governo, encaminho Parecer nº 0004/2022 em manifestação relativa ao Ofício nº 76/2022/DLEG da Câmara municipal de Uruguaiana.

Desde já nos colocamos a disposição, para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente.


Evaldo dos Santos Rieta
Matr. nº 59218-8
Fiscal de Tributos Municipal
Prefeitura Municipal de Uruguaiana


CLAUDIONIR PEREIRA FAGUNDES
DIRETOR TRIBUTÁRIO SEFAZ
21920-17

Pref. Mun. de Uruguaiana
SEFAZ
Recebido em:
<u>27 / 04 / 22</u>

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Diretoria de Administração Tributária
Seção de Fiscalização Tributária, Lançamento e Cobrança de Dívida Ativa



Parecer nº 0004/2022

Uruguaiana, 27 de abril de 2022

De: Seção de Fiscalização Tributária, lançamento e Cobrança de Dívida Ativa

Para: SEFAZ – Gabinete do Secretário

Assunto: Resposta a Comunicação Interna SEGOV 076/2022

Ao Secretario Municipal de Fazenda

Ao cumprimentá-lo cordialmente a Seção de Fiscalização Tributária, Lançamento e Cobrança de Dívida Ativa, manifestasse em relação ao Ofício n.º 76/2022, da Câmara Municipal de Uruguaiana, em que se solicita análise da viabilidade de se estabelecer um parcelamento de taxas e impostos devidos por taxistas, com anistia de multas, referente ao período de pandemia em razão da queda de receita da atividade no referido período.

PARECER

Inicialmente, quanto ao cadastro de atividades, devemos informar que para cumprimento, do objetivo da CI, foram utilizados os seguintes códigos de atividade, listados com as suas respectivas descrições:

Código Atividades

CNAEs

4230 - Serviço de taxi

4923001 - Serviço de Taxi

O que resultou em 299 contribuintes ativos, sendo que destes 165 encontram-se em dia em relação aos tributos municipais. Os 134 contribuintes, restantes, possuem algum tipo de dívida com a Fazenda municipal. Ainda, destacamos que foi identificado primariamente a existencia de alguns contribuintes com cadastro físico e jurídico concomitantes, ou seja, com duplo cadastro de atividades. Assim, seria o caso de realizar-se, em um prazo maior, revisão de cadastros em razão de existencia, nestes casos, de duplicidade cadastral e de lançamento por necessidade de priorizar-se a justiça fiscal.

Quanto ao IPTU, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, previsto no Art. 156º, I, da Constituição Federal, no Art. 32º do código Tributário Nacional e no Art. 4º da Lei Municipal 2.413/93, cabe ressaltar que não é tributo que em sua base de cálculo guarde relação com a quantificação da atividade econômica, tal qual o ISSQN, por exemplo, tendo como seu fato gerador a propriedade, a titularidade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de imóvel edificado ou não, situado na Zona Urbana do Município,

Estas situações, ainda que exista um controle via programa de administração de receita, dificultam a análise do resultado do impacto financeiro da modalidade de parcelamento, com anistia total, no curto prazo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Diretoria de Administração Tributária
Seção de Fiscalização Tributária, Lançamento e Cobrança de Dívida Ativa



Ainda é preciso se atentar para a possibilidade de ao seguir a indicação pretendida, incorrer-se em renúncia de receita prevista no Art. 14º da Lei 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

In verbis: Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.[...]

Conforme previsto na legislação, a anistia de multas e juros, encontra óbice na renúncia de receita prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo necessário a criação ou a majoração de outro tributo para cobrir o valor que deixaria de ser arrecadado, além de análise orçamentária correspondente.

Outro ponto a ser considerado é que o município a pouco finalizou um programa de Recuperação Fiscal – REFIS, Lei 5197/2021, iniciado em 28/01/2021 e que sofreu diversas prorrogações estendendo-se até o dia 11/03/2022.

CONCLUSÃO

Em face a esta situação ora apresentada, ainda que se vislumbre a possibilidade do benefício, em razão do inciso III § 1º Art. 65 da Lei Complementar 101/2000 com base no Decreto Legislativo Estadual de calamidade pública, não seria recomendável a aplicação de um novo regime de recuperação fiscal com anistia total de multa e juros em um período relativamente próximo ao programa anterior, ora concluído, sem que se observe Art. 14º da Lei 101/2000, visto que ocorreu oportunidade de regularização por um período relativamente longo.

É o parecer


Evaldo dos Santos Rieta
Fiscal de Tributos
Matr. 59218-8

Prefeitura Municipal de Uruguaiana